SERTÃO, TERRITÓRIO E FRONTEIRA: EXPANSÃO TERRITORIAL DE MINAS GERAIS NA DIREÇÃO DO LITORAL

Haruf Salmen Espindola*

RESUMO: Na primeira metade do século XIX era denominado sertão do rio Doce o espaço coberto pela floresta tropical que se estendia entre as áreas povoadas da região mineradora central de Minas Gerais e o litoral do Espírito Santo, Rio de Janeiro e Bahia. Nosso objetivo é identificar as linhas de força que atuaram no processo de ocupação e configuração territorial desse espaço. O trabalho está dividido em três partes. A primeira inicia-se com a situação da região durante o auge da mineração do ouro, no século XVIII, para em seguida discutir as ações dos governadores da capitania de Minas Gerais, depois de 1764, quando a arrecadação do quinto do ouro começa a cair. A segunda aborda a tentativa da Coroa de promover a ocupação do rio Doce a partir do litoral, em 1800. Finalmente, é analisado o processo de ocupação do espaço coberto pela floresta tropical, conduzido pelas Divisões Militares do Rio Doce, criadas pela Carta Régia de 13 de maio de 1808.

PALAVRAS-CHAVE: Minas Gerais, Rio Doce, Sertão, Floresta Tropical, Expansão Territorial.

ABSTRACT: In the first half of the Nineteenth Century, the area covered by tropical forest extended between the populated areas of the mining region of Minas Gerais and the central coast of Espírito Santo, Rio de Janeiro and Bahia was called sertão do rio Doce. Our goal is to identify the major forces that acted in the process of occupation and territorial configuration of this area. This work is divided into three parts. The first part deals with the situation of this region during the rise of the gold mining in the Eighteenth Century, in order to discuss the actions of the "Capitania de Minas Gerais" government, after 1764, when the collection of "the fifth of gold" fall begins. The second part deals with the attempt of the Crown to promote the occupation of the "Rio Doce" from the coast, in 1800. Finally, we examined the process of occupation of the area covered by tropical forest, conducted by the Military Divisions of Rio Doce, created by the Royal Letter of May 13th, 1808.

KEYWORDS: Minas Gerais, Rio Doce, Sertão, Tropical Forest, Territorial Expansion.

* Doutor em História Econômica pela USP, professor titular da Universidade Vale do Rio Doce – Univale, Coordenador do Núcleo de Estudos Históricos e Territoriais – NEHT/ Univale e Coordenador do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Gestão Integrada do Território.

Na primeira metade do século XIX, era denominado sertão do rio Doce o espaço coberto pela floresta tropical, que se estendia entre as áreas povoadas da região central de Minas Gerais e o litoral do Espírito Santo, Rio de Janeiro e Bahia. Essa área, que corresponde atualmente a quatro mesorregiões[1] de Minas Gerais – do Rio Doce, da Zona da Mata, do Mucuri e do Jequitinhonha –, também foi denominada genericamente de sertões do leste ou sertões intermédios. Nosso objetivo é identificar as linhas de força que atuaram no processo de ocupação e configuração territorial desse espaço, particularmente da atual Mesorregião do Rio Doce.

Na Minas Gerais setecentista, a organização espacial estava condicionada pela economia do ouro, pelo receio de invasão estrangeira e pelas medidas contra os extravios do metal precioso. A serra do Espinhaço concentrou o rosário de vilas que se constituíram em torno da atividade mineradora. As fazendas que se formaram para abastecer a população urbana instalaram-se na direção sul e norte, nas áreas de campos naturais e cerrados, cortadas por caminhos e estradas. Em menor escala e de forma esparsa, formaram-se fazendas nas áreas de floresta a leste, nas zonas conhecidas como *mato dentro*, especialmente nos pontos onde se tinha encontrado ouro de aluvião. Enquanto prosperou a mineração, os sertões intermédios foram considerados áreas proibidas. A estratégia da Coroa foi isolar as zonas produtoras de ouro para evitar o contrabando e dificultar uma invasão estrangeira.

As autoridades souberam utilizar os elementos naturais em apoio a sua estratégia. Se observarmos o relevo da Região Sudeste do Brasil, veremos que o centro de Minas Gerais é formado pela cordilheira do Espinhaço. A leste do eixo formado pelas vilas de São João del Rei e Ouro Preto, fica um conjunto de serras de elevação expressiva, com destaque para as serras da Mantiqueira, do Caparaó, dos Órgãos, do Mar. O rio Paraíba do Sul corre no sentido sul-norte, formando um fosso entre as serras mencionadas, não se apresentando como via de penetração para o interior. No eixo formado por Mariana–Serro–Minas Novas, as serras Negra, da Nogueira e dos Aimorés formam paredões que dificultam o acesso ao interior. A exceção é formada pelo rio Doce, que penetra profundamente no território mineiro e cujos afluentes da margem esquerda poderiam dar acesso aos

[1] **Mesorregião** é a subdivisão das unidades federativas do Brasil (estados) que ocupa a escala intermediária entre a dimensão estadual e a microrregião. Congregando diversos municípios reunidos em microrregiões, caracteriza-se por conter áreas geográficas com similaridades econômicas e sociais. Foi criada para fins estatísticos, pelo FIBGE, e não constitui entidade política ou administrativa. A escala mesorregional é regulamentada pela Resolução FIBGE n. 11, de 5 de junho de 1990.

principais caminhos terrestres e à maior parte das vilas mineradoras, incluindo Serro, Caeté, Mariana e Ouro Preto. O rio Jequitinhonha também penetrava para o interior de Minas e constituía ameaça para a zona de mineração do ouro e diamante, que ficava em suas cabeceiras (Minas Novas e Tijuco). A Coroa, desde 1701, estabeleceu severas restrições de acesso às regiões mineradoras, principalmente pelo rio Doce e seus afluentes[2].

Em 1733, a ligação de Minas Gerais com o exterior tinha que ser feita, por determinação da Metrópole, pelo Rio de Janeiro, por meio do Caminho Novo de Garcia Rodrigues Paes. Entre 1704 e 1769, diversos documentos expedidos pelas autoridades metropolitanas proibiram expressamente passar ao litoral pelos sertões do leste, fazer entradas, navegar, abrir caminhos e fixar-se como morador nessa área. As autoridades do Espírito Santo receberam ordens de prender qualquer um que chegasse ao litoral pelo rio Doce (PIMENTA, 1971, p. 22-23). Delimitou-se, assim, uma parcela do território colonial português como "Áreas Proibidas"[3].

Se os dois rios mencionados e os terrenos cortados por eles oferecessem facilidades de trânsito, dificilmente as proibições surtiriam efeito. O rio Doce e o Jequitinhonha cortavam regiões de densa floresta tropical, desconhecidas e habitadas por grupos indígenas arredios, além de serem infestadas de doenças causadoras de "febres intermitentes". Ambos são rios com muitas corredeiras e cachoeiras que dificultavam a navegação, obrigando o transporte das embarcações por terras, em longos trechos. Além de os elementos naturais terem contribuído para fechar as áreas proibidas, as autoridades cuidaram de manter desconhecida a geografia da região, principalmente o curso do rio Doce e de seus afluentes.

Antes de vigorarem as proibições, os capitães-mores do Espírito Santo recebiam ordem de seguir para áreas de supostas minas de ouro. Em 1702, Francisco Monteiro de Morais, provedor da Fazenda, à frente de 20 brancos, quatro escravos e 40 índios, entrou pelo rio Doce, à cata de ouro, de onde retornou com notícias favoráveis. No mesmo ano, o governador-geral determinou ao capitão-mor que entregasse o governo à Câmara da

[2] Os rios São Francisco e das Velhas possibilitavam a comunicação da Bahia com as Minas através da navegação. Essa foi a rota de penetração dos primeiros povoadores de Minas Gerais. A navegação e a via terrestre se apoiavam nas fazendas de gado que se entendiam pelas margens dos dois rios. Também era possível chegar a Salvador por caminho terrestre, que transpunha os rios Jequitinhonha e Pardo, seguindo pela borda oeste da floresta tropical. Esses caminhos naturais, usados desde os primeiros anos da ocupação de Minas Gerais, foram alvo de severas proibições legais (PIMENTA, 1971).

[3] O nome "Áreas Proibidas" aparece num documento do governador mineiro Luís da Cunha Meneses (1783-1788), quando do envio de duas expedições para examinar os sertões do leste, tanto sobre a cosmografia como a geografia (PIMENTA, 1971, p. 22-23).

vila do Espírito Santo e seguisse para encontrar as minas de ouro. Entretanto, em 1704, isso mudou completamente. O governador-geral mandou que se recolhesse a Vitória toda a gente que se encontrasse nas lavras do interior ou que estivesse à procura delas (OLIVEIRA, 1975, p. 172-173). A população da capitania do Espírito Santo foi transformada na vanguarda contra uma possível invasão estrangeira, enquanto os sertões intermédios ficaram como barreira natural ao extravio do minério precioso.

Em Minas Gerais, com os primeiros sinais do declínio da produção de ouro, os sertões que ficam a leste se apresentaram como uma possibilidade de riqueza para compensar o esgotamento das áreas tradicionais. Contribuiu para que se tomasse esse rumo a crença, que vinha dos séculos XVI e XVII, na existência da *serra das esmeraldas* (ESPINDOLA, 2005, p. 33-34). Os governadores da capitania de Minas Gerais, a partir do governador Luiz Diogo Lobo da Silva (1764-1768), sem que se suspendessem os atos proibitórios em relação ao rio Doce[4], iniciaram as ações para se conhecer, explorar e ocupar os sertões intermédios. Para isso instalaram-se presídios[5] e, junto desses, reduções de índios e povoamentos luso-brasileiros. Foi esse governador que estabeleceu o Presídio do Cuieté e o Presídio e Freguesia[6] do Pomba, o primeiro no centro do vale do rio Doce, a meio caminho entre Ouro Preto e o litoral, e o segundo nas cabeceiras do rio Pomba, afluente do Paraíba do Sul.

O Conde de Valadares (1769-73), Dom José Luís de Meneses, mandou colonizar as terras no entorno dos presídios do Cuieté, Pomba, Abre Campo e Peçanha. Para o presídio do Cuieté enviou os "vadios" e "perturbadores da ordem pública" que mandou recolher nas vilas e arraiais

[4] As investidas dos governadores, a partir de Luiz Diogo Lobo da Silva (1763-1768), no Sertão do Rio Doce não fizeram cair as proibições de passagem. Em 1773, uma Ordem do Real Erário determina que o governo da capitania de Minas Gerais tome as providências para que nenhuma pessoa passe pelo rio Doce e Cuieté, em direção ao litoral, com o fim de evitar os extravios de ouro e diamante. Cf. Ordem do Real Erário, de 18 de novembro de 1773. Arquivo Nacional, Fundo Família Lobo Leite Pereira, AP-5, Cx. 1, Pacote 2; Demerval José Pimenta. *Caminhos de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1971. p. 22-3.

[5] Presídio era a unidade militar composta por uma guarnição de soldados *pedestres*. Era um lugar de degredado e, por esse meio, garantiam-se os elementos que poderiam ajudar na luta contra os grupos indígenas, ao mesmo tempo em que a floresta e o medo dos índios impediam as fugas. Pedestres eram um tipo de policial que não tinha vínculo com o regimento militar, destacado para rondas nas vilas ou nos matos, quase sempre sob comando de um militar.

[6] Freguesia era o distrito territorial de uma paróquia, isto é, o território subordinado a um prior ou vigário paroquial, com autoridade jurídico-administrativa e eclesiástica. A freguesia era a menor divisão administrativa em Portugal e no Brasil. Os limites territoriais das freguesias mineiras não eram precisos, particularmente nas regiões de habitação rarefeita e esparsa.

da capitania[7]. O objetivo era estabelecer o controle sobre determinados pontos do território indígenas, de tal forma que possibilitasse observar os movimentos dos índios, impedindo suas incursões armadas às vilas e arraiais situados na zona fronteiriça aos matos. Paralelamente às medidas de povoamento e defesa contra os índios, buscava-se ampliar o conhecimento sobre o território.

Dom Antônio de Noronha (1775-1779) concentrou-se no Cuieté, na expectativa de que esse lugar oferecesse um grande *descoberto*[8]. A expectativa de riqueza levou-o a determinar que se fizesse uma carta geográfica para fixar os limites entre as comarcas de Vila Rica, Sabará e Serro do Frio, pela parte do rio Doce e demais rios que lhe fizessem barra[9]. Pela carta confeccionada por José Joaquim da Rocha, em 1778, percebe-se que existia pleno conhecimento de que o rio Doce dava acesso a todo o complexo minerador que havia se formado no interior do Brasil. Pelo afluente Santo Antônio, era possível chegar aos núcleos urbanos mais importantes da comarca do Serro (vila do Príncipe e arraial do Tijuco). Pelo afluente Piracicaba, que aparece como uma linha reta, junto com o rio Doce, desde o litoral, podia-se chegar ao arraial de Antônio Dias Abaixo e à vila de Santa Bárbara e, por caminhos terrestres, às principais vilas da comarca de Sabará. Um pouco mais acima do Piracicaba, o rio Doce dava acesso ao ribeirão do Carmo, pelo qual se poderia chegar a Mariana e Ouro Preto. Dessa forma, a carta de José Joaquim da Rocha deixa claro que se tinha conhecimento de que o rio Doce era uma via fluvial que daria acesso a todas as vilas do interior do Brasil.

No mapa, estão indicadas as cidades, vilas, paróquias, capelas, fazendas, registros, aldeias indígenas e estradas. A observação atenta permite verificar que existia um bom conhecimento sobre as áreas próximas aos centros mineradores e a rede de caminhos existentes. Entretanto, para o leste da zona mineradora, crescia o desconhecimento do terreno. Na porção sul dos sertões intermédios, ficava o caminho terrestre que saía de Mariana, passava pela paróquia de Piranga e tinha como ponto extremo a

[7] Usar vadios para povoar sertões era prática comum aos lusitanos, tendo os governadores posteriores, os do Espírito Santo e o Morgado de Mateus, em São Paulo, feito o mesmo que o Conde de Valadares. Para Sérgio Buarque de Holanda esse procedimento seguia o sistema de povoamento concebido na "velha tradição portuguesa" de utilizar criminosos e vadios de toda sorte, para assegurar áreas ainda fora do domínio dos portugueses. (HOLANDA, 1990, p. 37).

[8] *Descoberto* é o nome que se dá ao local onde se encontra ouro em quantidade suficiente para sustentar a exploração.

[9] Cópia do original existente na 5ª Seção do Estado Maior do Exército. Abril de 1934, copiado pelo cartógrafo F. de Mesquita.

paróquia de São Manoel dos Índios Coroados (Presídio do rio Pomba). Desse ponto para o leste, a carta apresenta um vazio, indicando o desconhecimento sobre a região chamada de "sertões do leste"[10].

Mais ao centro, um caminho saía de Mariana, passava pelo arraial de Furquim, atravessava o rio Doce e terminava na capela de Abre Campos[11]. Deste ponto para o leste a carta apresenta o mesmo desconhecimento, inclusive em relação aos cursos dos afluentes meridionais do rio Doce. Na vastidão desconhecida, é assinalada a paróquia do Cuieté, às margens do rio do mesmo nome, sem qualquer indicação de ligação terrestre e com o traçado do curso superior desse rio completamente equivocado, indicando que se chegava a essa paróquia pelo rio Doce. Na parte norte, o caminho saía da Vila do Príncipe (Serro) em direção leste, até a capela de Guanhães, de onde se bifurcava para o nordeste em direção à capela de Rio Vermelho e, daí, até a capela de Araçuaí, que também recebia o caminho originado do Tijuco. Do arraial de Guanhães saía outra bifurcação que levava para o leste, até a capela e presídio de Peçanha. Deste ponto para o litoral, o desconhecimento era completo, como indica a disposição aleatória de "aldeias de gentios" manoxós, malalis, maxacalis, monaxós, capoxós, tambacuris e panhâmes[12]. Não aparece no mapa qualquer indicação da presença de grupos botocudos, dominantes do território, apesar de serem esses os que mais preocupavam as autoridades, em função da segurança das vilas e arraiais da zona de *mato dentro*[13].

Os sertões pela parte do rio Doce foram divididos entre as comarcas de Ouro Preto, Sabará e Serro. O rio Doce serviu de referência para o

[10] Essa parte de Minas Gerais corresponde aos afluentes da margem esquerda do rio Paraíba do Sul. O devassamento dessa porção da bacia do Paraíba do Sul e a denominação de Sertões do Leste foram referidos por Mercadante (1973, p. 37-52).

[11] Abre Campos surgiu com o presídio criado pelo mestre de campo Matias Barboza da Silva, no governo do conde das Galveias, André de Mello e Castro (1732-1735). O presídio foi colocado na rota das migrações dos índios botocudos, para servir de defesa contra suas incursões armadas, que em 1832 chegaram ao arraial de Furquim, a pouca distância da cidade de Mariana.

[12] Esses grupos indígenas são da língua Maxacali, exceto os malalis, que são de língua isolada. Eles eram conhecidos por terem estabelecido contato com os habitantes do arraial de Peçanha, desde o tempo de sua formação (1758), em busca de proteção e aliança contra os botocudos, grupos indígenas dominantes do território. A distribuição dos grupos indígenas pode ser observada no Mapa Etno-Histórico do Brasil e Regiões Adjacentes de Curt Nimuendajú – Museu Nacional – Rio de Janeiro. Escala 1:2.5000.000, 1944 (ESPINDOLA, 2005, p. 159).

[13] Pedro Maria Xavier de Ataíde e Mello, de 14 de setembro de 1807. In: *Correspondência da Província de Minas Gerais: 1768-1807*; Códice 97, v. 1, p. 173, Arquivo Nacional; e Pedro Maria Xavier de Ataíde e Mello, de 11 de abril de 1808. In: *Revista do Arquivo Público Mineiro*, v. 11, 1907, p. 312-6.

estabelecimento dos limites: a parte setentrional ficou com a comarca do Serro; a parte oeste, correspondendo ao afluente Piracicaba, ficou com a comarca de Sabará; e a parte meridional, com a comarca de Ouro Preto. Na carta geográfica, a divisa de Minas Gerais com o Espírito Santo é aleatória, na medida em que não havia instrumento legal determinando os limites entre as duas capitanias. Chama a atenção o fato de a divisa ter sido colocada para além do rio Guandu e das serras cujas águas vertem para este, muito próximo ao litoral, dando a Minas uma longa faixa que hoje constitui território do Espírito Santo.

Para o governador Antônio de Noronha, apesar de se tratar de "sertões incultos, desconhecidos e habitados de índios selvagens", a medida era necessária para evitar que a "ambição e capricho" das câmaras municipais viessem perturbar a paz da capitania, por causa da "Conquista do Cuieté", de onde se esperavam "cabedais muito avultados". Para se chegar ao Cuieté, era preciso enfrentar navegação difícil, pelas muitas varações a que as cachoeiras e corredeiras obrigavam os canoeiros. O governador, pessoalmente, foi organizar o arraial e o presídio do Cuieté e determinou que se abrisse caminho terrestre ligando aquela "Conquista" a Ouro Preto.

Dom Rodrigo José de Menezes (1780-1783), que sucedeu Antônio de Noronha, considerou dois pontos principais: Cuieté e Arrepiados[14]. Em sua exposição "sobre o estado de decadência da capitania de Minas Gerais e meios de remediá-lo", informa que continuou a obra da estrada para o Cuieté, para facilitar o devassamento das riquezas daquele sertão. O governador expediu ordem para toda a capitania, mandando prender os vadios que fossem encontrados, enviando-os para Cuieté e Arrepiados. Depois de relatar as providências que tomou, comunicou seu plano de ir àquele lugar: "daqui a menos de um ano formo intenção de ir pessoalmente ao Cuieté acompanhado de alguns mineiros hábeis, que para este fim tenho já convidado"[15].

Ele esteve primeiro no sertão dos Arrepiados (atual município de Araponga, na Zona da Mata mineira), na região da Mantiqueira, nas cabeceiras dos afluentes meridionais do rio Doce. Em seguida foi para o sertão

[14] Paulo Mercadante informa que de Piranga para o leste viviam diversos grupos indígenas: "Do Piranga ao rio Branco, dominavam os airuãs, ocupando o vale do antigo Guarapiranga. Próximos estavam os abaíbas *(gente ruim),* na serra do Araponga, atual município de Viçosa, e, em pleno sertão no século XVIII, viviam os arrepiados, com seus cabelos em trunfa, no alto da cabeça, e xopotós, indígena valente que deu nome ao rio nos altos vales do rio Doce." (MERCADANTE, 1973, p. 35).

[15] Exposição do Governador D. Rodrigo de Menezes sobre o estado de decadência da capitania de Minas Gerais e meios de remediá-lo, escrito em 1780. *RAPM*, Ouro Preto, v. 2, p. 311-325, 1897, p. 314-5.

do Cuieté, de onde enviou expedição para explorar o curso do rio Doce, verificando, inclusive a existência potencial de ouro de aluviões[16]. A expedição foi até as cachoeiras das Escadinhas (atual divisa com o Espírito Santo), de onde voltou com amostras de ouro, porém informou que não havia quantidade que justificasse a exploração (VASCONCELOS, 1974, p. 236, 252 e 254). O governo forneceu mantimentos, vestuários e ferramentas de lavoura e mineração para que os "vadios" deportados pudessem trabalhar. Foram feitas derrubadas e plantações para garantir o sustento do ano seguinte. Os colonos foram organizados e distribuídos ordenadamente nos trabalhos agrícolas, exploração mineral, abertura de picadas[17] e exame dos terrenos e cursos d'água. Depois de seis meses sem qualquer *descoberto* que justificasse a exploração, D. Rodrigo, frustrado e com malária, mandou encerrar os trabalhos e retornou para Ouro Preto, com a certeza de que não existia o eldorado do Cuieté.

A colônia e o presídio foram mantidos, como posto avançado de defesa contra os índios botocudos, já que formava com Abre Campos uma linha capaz de impedir incursões indígenas às vilas e arraiais próximos a Mariana. Entretanto, não se desfez a esperança de que no futuro "apareceriam grandes haveres" em ouro e pedras preciosas, quando se desflorestasse toda aquela zona. Na sua exposição sobre o estado da capitania de Minas Gerais, D. Rodrigo volta sua atenção para outras potencialidades de riqueza: fertilidade dos solos – "terras essas criadoras de toda a qualidade de víveres, de frutas, de algodão e de outros gêneros comerciais" –, abundância de madeiras de lei e existência de minérios "menos preciosos" como o ferro, entre outros[18].

O governador que sucedeu D. Rodrigo continuou na direção anterior (conhecer e explorar), pois o rendimento do quinto do ouro continuava a

[16] Para mais detalhes sobre a presença de Dom Rodrigo nos sertões de Cuieté e dos Arrepiados e sobre as suas motivações, veja Tarcício Glauco da Silva. De Área Proibida à fronteira em expansão. Disponível em: http://www.cchn.ufes.br/anpuhes/anais5/Documentos/Mesas%20Redondas/PDF/Tarc%EDsio%20Glauco%20da%20Silv.pdf. Acesso em: 2 abr. 2008.

[17] Picada é o nome que se emprega para designar caminho estreito, aberto na floresta a golpes de facão.

[18] Dom Rodrigo enumerou as riquezas oferecidas pelos sertões intermédios: a) madeiras, orquídeas, toda sorte de flores exóticas, produtos para tinturaria e farmácia, particularmente a ipecacuanha; b) couros de animais silvestres (onças, lontras, veados etc.) e as espécies vivas, principalmente pássaros e micos; c) café, algodão e outras culturas que os solos férteis das terras desmatadas poderiam proporcionar; d) minerais e pedras preciosas existentes ou que se acreditavam existir, como ouro e esmeraldas; e) e minérios "menos preciosos" como o ferro, cobre, manganês e outros "que careciam ainda descobrir a existência" (PINTO, 1908, p. 547).

cair e era necessário encontrar uma saída para a decadência das minas[19]. Luís da Cunha Meneses (1883-1888) mandou examinar os sertões do leste, com a justificativa de que "não parece ser útil aos interesses desta mesma capitania haver terras inúteis pela falta de se conhecer as utilidades que se poderão tirar das mesmas"[20]. A ordem foi recolher informações sobre os lugares onde haveria terras agrícolas e se podia mandar povoar, os lugares onde se deveriam levantar barreiras para garantir a segurança contra o contrabando e, ao mesmo tempo, verificar a existência de ouro[21].

O governo do Visconde de Barbacena (1788-1797), Dom Luiz Antônio Furtado de Mendonça, com o foco nas questões decorrentes da Inconfidência Mineira, deixou em segundo plano a linha seguida pelos anteriores, porém não abandonou por completo a presença nos sertões intermédios. Ele se concentrou na organização do sistema de presídios, com despesas custeadas pela Fazenda Real, e na "guerra defensiva", para proteger os povoados fronteiriços aos sertões dos ataques indígenas vindos dos matos. Entretanto, em 1796, ao assumir a Secretaria de Estado da Marinha e Domínios Ultramarinos, Dom Rodrigo de Sousa Coutinho, o Conde de Linhares, recolocou o rio Doce entre as prioridades da política da Coroa: o príncipe regente Dom João suspendeu todos os atos proibitórios e determinou a abertura da navegação e o aproveitamento econômico das terras.

O caminho escolhido pelo Conde de Linhares foi começar a navegação e a ocupação das terras do rio Doce a partir do litoral. Em 1800, ele nomeou o mineiro Antônio Pires da Silva Pontes para governar o Espírito Santo (1800 a 1804)[22]. Ele determinou que o novo governador fizesse o

[19] "A decadência progressiva a que se encaminham as capitanias que têm terras minerais se mostra pelo rendimento do quinto." Para o período entre 1752-1761, a média foi de 103,6 arrobas anuais, caindo para uma média de 93,9 arrobas, nos dez anos seguintes, e reduzindo-se à média anual de 73,6 arrobas, entre 1872 e 1881. Cf. Ofício da Contadoria Geral, de 16 de setembro de 1790, *RAPM*, Belo Horizonte, v. 8, p. 567-570, 1903, p, 568 e 570. Os rendimentos das "Entradas", arrecadados nos Registros da Capitania de Minas, caíram de uma média aproximada de 188 contos de réis, nas décadas 1750 e 1760, para uma média de cerca de 148 contos de réis. Cf. José João Teixeira Coelho. Instrução para o governo da Capitania de Minas Gerais. *RAPM*, Belo Horizonte, v. 8, p. 396-567, 1903, p. 522.

[20] Cf. Portaria de Luiz da Cunha Meneses, de 21 de abril de 1784. *RAPM*, Ouro Preto, v. 2, p. 347-50, 1897.

[21] A missão foi entregue ao sargento-mor Pedro Afonso Galvão de São Marinho e ao alferes Joaquim José da Silva Xavier (Tiradentes), destacado na Ronda do Mato, pelos seus conhecimentos mineralógicos. (MERCADANTE, 1973, p. 42).

[22] Antônio Pires da Silva Pontes formou-se em matemática e filosofia, com grau de doutor, em 1778, sendo enviado para o Brasil em 1780, para trabalhar no corpo técnico da expedição que se ocupou da demarcação das fronteiras do Brasil. Ele participou da exploração dos limites ocidentais da Amazônia, tomando as coordenadas geográficas para corrigir e refazer os mapas existentes.

mapa do rio Doce e estabelecesse três quartéis ao longo do baixo curso do rio. A carta geográfica do rio Doce e seus confluentes, levantada por Silva Pontes, em 1800, foi bem elaborada para o baixo curso do rio, até as confluências dos rios Guandu e Mayassu (Manhuaçu), entre os quais se colocou a divisão entre as capitanias de Minas Gerais e do Espírito Santo[23]. A nomeação do mineiro Silva Pontes e a elaboração da carta geográfica, no momento que os mineiros haviam abandonado o movimento de expansão e se concentrado na "guerra defensiva", corresponderam, na verdade, à decisão do Conde de Linhares de iniciar a ocupação das margens do rio Doce a partir do litoral.

Silva Pontes se restringiu a pessoalmente mapear o curso do baixo rio Doce, até a foz do rio Manhuaçu. O restante do trabalho foi feito a partir das informações repassadas por seu sobrinho, o alferes Antônio Pereira Rodrigues de Taborda (DAEMON, 1879). Esse alferes seria nomeado, oito anos depois, comandante da Primeira Divisão Militar do Rio Doce, pela Carta Régia de 13 de maio de 1808 (CUNHA, 1992, p. 58). O exame comparativo com o real traçado do rio, sempre no sentido da foz para a nascente, permite constatar que a extensão e direção são compatíveis, até a confluência do rio Manhuaçu. No trecho seguinte, até o rio Suaçuí Grande, a direção é semelhante, apenas com uma menor inclinação para noroeste, porém a extensão se apresenta maior. Deste ponto para montante, o curso do rio Doce está totalmente errado, pois no lugar de fazer a curva de aproximadamente 45º para sudoeste, o rio faz uma curva de 180º, de tal modo que toma a direção do litoral, e os afluentes Suaçuí Pequeno e Corrente mudam da margem setentrional para a meridional, correndo do sul para o norte, quando na verdade ocorre o contrário. Esse erro da carta de Silva Pontes faz com que o arco traçado pelo curso do rio Doce se inverta e, conseqüentemente, faz desaparecer a maior parte dos sertões intermédios[24].

A decisão de ocupar o rio Doce a partir do litoral foi acompanhada de ordem para que se demarcasse a divisa entre as duas capitanias. Silva Pontes foi encarregado de organizar pessoalmente a assinatura do Auto de Demarcação dos Limites, promovendo o encontro com o governador de Minas Gerais, Bernardo José de Lorena (1797-1803), no local do rio Doce

[23] Existe cópia da Carta Geográfica do Rio Doce e seus Confluentes de 1800, feita por Antônio Pires da Silva Pontes Leme, na Mapoteca da Biblioteca Nacional.

[24] Questionar se a inversão da direção curso do rio Doce, feita pela carta de Silva Pontes, foi um erro de cópia ou proposital se justifica, se considerarmos que o resultado favorece Minas Gerais, ao fazer desaparecer os sertões intermédios.

por onde passaria a linha divisória[25]. Diferentemente do que se encontra na carta de José Joaquim da Rocha, de 1778, ficou acertado que a divisa seria o "espigão que corre do Norte ao Sul, entre os rios Guandu e Manhuaçu", afluentes da margem direita do rio Doce. As terras cujas águas vertessem para o Manhuaçu seriam mineiras e aquelas cujas águas vertessem para o Guandu, capixabas. Esse ato passou a referência permanente nas disputas de limites entre o Espírito Santo e Minas Gerais, que duraram até 1963[26]. Em 1948, proferindo discurso no Senado Federal, o governador do Espírito Santo, Jones dos Santos Neves, afirmou que o embrião letal dos litígios entre os dois estados foi a falta de precisão dos limites. Em sua opinião, o Auto de Demarcação de 8 de outubro de 1800, ratificado pela Carta Régia de 4 de dezembro de 1816, foi o prólogo do "longo e interminável calvário", porque desde então:

> um sentido de aproximação incessante e contínua rumo ao litoral marca a constância das penetrações mineiras em solo capixaba, como se estranha nostalgia de velhas e remotas aventuras náuticas despertasse o espírito aventureiro da nobre gente montanhesa e a compelisse, inexoravelmente, para os largos caminhos do oceano.[27]

Esse "sentido de aproximação incessante" vindo de Minas, a que se refere o governador Santos Neves, foi de fato o movimento que prevaleceu ao longo do século XIX. As investidas do Conde de Linhares e do mineiro Silva Pontes não surtiram efeitos desejados. No início, Silva Pontes trabalhou com otimismo em relação ao futuro do rio Doce e acreditava que, da foz até as cachoeiras das escadinhas (foz do rio Manhuaçu), o baixo

[25] O governador Bernardo Lorena foi representado no ato pelo Tenente-coronel de Milícias de Vila Rica, João Batista dos Santos Araújo. Ofício de 8 de outubro de 1800, escrito em Porto de Sousa, pelo governador da Capitania do Espírito Santo, Antônio Pires da Silva Pontes, ao governador da Capitania de Minas Gerais, Bernardo José da Silveira e Lorena, informando dos limites estabelecidos, da disposição topográfica dos lugares etc. (CTA: AHU-Espírito Santo, cx. 06 doc. 19 / CT:AHU-ACL-CU-007, cx. 06 doc. 444); Ofício de 11 de novembro de 1800, Vila de Vitória, do Governador da Capitania do Espírito Santo, Antônio Pires da Silva Pontes, ao Secretário de Estado da Marinha e Ultramar, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, informando da abertura do rio Doce, da concessão das terras; da criação do Parque Real da Regência Augusta e da demarcação de limites entre Espírito Santo e Minas Gerais. (CTA:AHU-Espírito Santo, cx. 06 doc. 24 A, 33, 22, 28 A, 27; CT:AHU-ACL-CU-007, cx. 06 doc. 449.) Cf. http://www.ape.es.gov.br/catalogo/cat-i-401-450.htm

[26] Em 1963 os governadores Magalhães Pinto, de Minas Gerais, e Lacerda de Aguiar, do Espírito Santo, assinaram acordo que pôs fim à questão dos limites entre os dois estados.

[27] Discurso proferido no Senado Federal, a 23 de maio de 1948, por Jones dos Santos Neves, governador do Espírito Santo, sobre a questão de limites com Minas Gerais, com risco de "conflito armado" por causa de "antagonismo inconciliável". Cf. http://www.estacaocapixaba.com.br/personalidades/jones_santos_neves/discursos/discurso_7.html.

curso do rio formaria uma das mais belas províncias marítimas do Brasil. Em 1802, nas suas *pré-memórias*, descreveu as providências para solucionar os problemas ligados à abertura da navegação, fixação de moradores e atração de fazendeiros e comerciantes[28]. Ele experimentou a decepção de não ver os esperados comerciantes, porque estes não apareceram; também se frustrou diante das continuadas agressões dos índios, mesmo depois de ter proibido a produção de farinha de mandioca, para evitar ataques de grupos indígenas, atraídos pelo produto[29]. Ele faleceu, em 1807, com a certeza de que estava longe o dia em que se concretizaria a meta de se fazer do porto de Souza, na divisa entre o Espírito Santo e Minas Gerais, um entreposto comercial. A razão encontrada por Silva Pontes para explicar o fracasso da navegação fluvial foi o desinteresse dos espírito-santenses, aliado às dificuldades criadas pelas densas florestas e pela presença do "gentio inimigo" (OLIVEIRA, 1975p. 264-265).

Enquanto os capixabas se recolheram ao litoral, do lado mineiro manteve-se o esforço para sustentar o registro e o quartel de Lorena, instalados junto à linha divisória, na margem direita do rio Doce. Os custos eram motivo de reclamação por parte do governador de Minas, Pedro Maria Xavier de Ataíde e Melo (1804-1809). Ele chegou a propor, em 1806, a transferência do registro para mais próximo dos lugares povoados, por sua completa inutilidade, já que não havia intercâmbio com o Espírito Santo, e pelos altos dispêndios com o abastecimento do quartel[30].

Em 1807, nos sertões intermédios, além do quartel de Lorena, o governo mineiro mantinha os presídios de Cuieté, Abre Campo, Ponte Nova, Santa Rita do Turvo, Pomba e São João Batista, na parte meridional do rio Doce, e na parte setentrional os presídios de Guanhães e Peçanha[31]. Do lado mineiro, a partir das zonas povoadas, fronteiriças dos "matos gerais", a população avançava lentamente na direção leste, ocupando terras de floresta e confrontando com os povos nativos. No dia 13 de maio de 1808, o Príncipe Regente D. João expede Carta Régia com ordens e orientações para ocupar o sertão do rio Doce por meio de seis divisões militares,

[28] Pré-Memória do governador Antônio Pires da Silva Pontes. Vitória: Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, 1999. 69 p. (Coleção Cadernos de História, n. 25).

[29] O Quartel de Coutins, instalado em 1800, com menos de um ano, foi arrasado inteiramente pelos botocudos; restabelecido, deu origem à vila de Linhares que, até final do século XIX, não passou de uma aldeia miserável e fracamente povoada.

[30] Cf. Proposição do Presidente da Junta da Fazenda Real, em 1º de fevereiro de 1806. In: *Documentos Diversos*. *RAPM*, Belo Horizonte, v. 3, p. 743-8, 1898, p. 744-5.

[31] Cf. Pedro Maria Xavier de Ataíde e Mello, 11 de abril de 1808. In: *Revista do Arquivo Público Mineiro*, v. 11, p. 312-6.

denominada cada uma Divisão Militar do Rio Doce (DMRD)[32]. Essa decisão favorecerá a retomada da iniciativa por parte dos mineiros.

A estratégia de ocupação a partir do litoral havia fracassado e, do lado mineiro, o sistema de "guerra defensiva" foi acusado de não surtir efeito prático. O Príncipe Regente determinou a ocupação a partir de Minas Gerais e, ao mesmo tempo, declarou a "guerra ofensiva" aos botocudos e demais índios, até que a "atroz raça antropófaga" pedisse a paz, "sujeitando-se ao doce jugo das leis, e prometendo viver em sociedade", podendo "vir a ser vassalos úteis". Para conduzir a "guerra", a navegação e a colonização do rio Doce, a Carta Régia mandou formar junta militar presidida pelo governador de Minas Gerais, com as principais autoridades militares, administrativas e fiscais, bem como subordinou a questão à Secretaria de Estado de Guerra, e Negócios Estrangeiros. As DMRDs, além de se submeterem à Junta Militar de Conquista, Civilização dos Índios, Colonização e Navegação do Rio Doce, também estavam subordinadas ao exército, por meio do governador das Armas[33]. Os comandantes divisionários receberam amplos poderes de natureza militar, policial, judicial e administrativa, dentro de suas linhas divisórias; poderes que eram ampliados enormemente pela distância e isolamento em que se encontravam das autoridades superiores e pelo longo tempo em que permaneciam nos cargos[34]. As restrições ao poder do comandante-geral das DMRDs diziam respeito apenas ao aumento de despesa sem aprovação prévia[35], porém essa restrição era contornada pela autorização para fazê-las *ad referendum*[36].

[32] Cf. Carta Régia de 13 de maio de 1808. (CUNHA, 1992, p. 57-60). Em 1810 foi instalada a 7ª Divisão Militar do Rio Doce, com o comando no quartel-geral de São Miguel do Jequitinhonha, atual cidade de Jequitinhonha.

[33] O governador das Armas era autoridade do exército estacionada na Província. A partir de 1828, o comandante-geral das DMRDs passou a ser questionado, pelas autoridades provinciais, por prestar obediência ao governador das Armas. Em correspondência de março daquele ano, dirigida ao presidente da Província, respondeu que fazia e continuaria a fazê-lo enquanto fosse membro do exército, explicando que a lei compelia a um coronel comandante de sete divisões militares por autoridade e patente do Imperador, chefe supremo do exército, que lhe pagava os emolumentos, a prestar subordinação à autoridade do exército. Cf. Resposta de Guido Thomaz Marlière, comandante-geral das divisões militares do rio Doce e diretor-geral dos índios, a um questionário enviado pela presidência da Província, de 28 de março de 1828, *Id.*, v. 12, 1907, p. 531.

[34] Os comandantes permaneceram no posto durante a existência das DMRDs, exceto o primeiro comandante da 5ª DMRD, que foi assassinado, e o da 1ªDMRD, substituído por doença, em 1818. Cf. *Revista do Arquivo Público Mineiro* (*RAPM*), Belo Horizonte, v. 10, 1905, p. 411; *Idem.* v. 11, 1906, p. 112.

[35] Cf. Comunicado do Governo Provisório, em 12 de março de 1823. *Ibidem*. v. 10, 1905, p. 431.

[36] Cf. Relatório ao vice-presidente da Província de 28 de março de 1828. *RAPM*, Belo Horizonte, v. 12, 1907, p. 528-529.

A enorme quantidade de fontes para o período posterior a 1807 indica a importância que a região assumiu para a Coroa[37]. A proveniência da documentação e o foco dos assuntos tratados oferecem a certeza da proeminência de Minas Gerais e da prevalência dos interesses dos mineiros em relação aos sertões intermédios. O sentido da ação, ao longo das cinco primeiras décadas do século XIX, apresentou uma continuidade surpreendente, apesar das mudanças constantes dos titulares do governo de Minas Gerais, depois da Independência[38]. Essa ação assumiu um caráter territorial: conquista e ocupação militar, controle dos acessos fluviais e terrestres, contato e atração dos povos nativos, indução do povoamento, introdução de atividades econômicas, abertura de meios de comunicação e transporte, exercício da coerção militar e policial, mediação dos interesses privados, estabelecimento da ordem pública e imposição da vontade estatal.

Território é um espaço geográfico marcado pelo poder (RAFFESTIN, 1993, p. 144), no qual a vigilância sobre o acesso desempenha papel crucial, com o objetivo de "influenciar ou controlar pessoas, fenômenos e relacionamentos" (HAESBAERT, 2002, p. 119). A ação do poder busca dar ao espaço conteúdos econômicos, sociais, jurídicos, culturais e psicológicos, por meio de um conjunto de práticas que possibilitam configurar e controlar o território (SACK, 1986). No século XIX, isso implicou fazer dos sertões intermédios um espaço pertencente à capitania/província de Minas Gerais. Dessa forma, pode-se compreender o sentido da afirmação do governador capixaba sobre o "sentido de aproximação incessante" dos mineiros em direção ao litoral, especialmente porque não houve solução de continuidade depois da Independência.

As DMRD foram utilizadas para liberar o sertão do rio Doce para a população luso-brasileira e, ao mesmo tempo, para intermediar a relação dessa população com os grupos indígenas, no sentido de incorporar os índios à sociedade abrangente, como "vassalos úteis". A fase da "guerra ofensiva" (1808-1818), determinada pela Carta Régia de 13 de maio de 1808, tratou os povos da floresta como inimigos terríveis e poderosos, mas como não surtiu o efeito esperado e se percebeu logo que os índios formavam sociedades frágeis, que rapidamente se desagregavam, princi-

[37] Entre 1992 e 1996 o projeto *Fontes para a história do Vale do Rio Doce*, executado pela Univale com o apoio da Fapemig, realizou o inventário dos acervos documentais existentes no Arquivo Público Mineiro, Arquivo Nacional, Biblioteca Nacional, IHGB, entre outros. O inventário permitiu constatar a concentração de fontes para o período entre 1808 e 1842.

[38] Antes da Independência, a média de permanência dos governadores nos cargos foi de seis anos, mas depois os presidentes de província ficaram, em média, um ano e meio à frente dos governos de Minas Gerais.

palmente quando entravam em contato com a aguardente, a política oficial mudou de direção. As autoridades retornaram à tradição portuguesa de proteção ao índio e de sua integração ao processo de colonização. Dois elementos foram fundamentais para conseguir atrair e incorporar os índios: a introdução de ferramentas e de novos hábitos alimentares.

As DMRDs criaram uma rede de postos militares e aldeamentos que se constituíram na base efetiva para a ocupação territorial e deram origem a várias cidades da região. Inicialmente, o objetivo do povoamento foi garantir a mão-de-obra para o serviço das canoas, o controle do deslocamento dos grupos indígenas e a modificação da cultura desses pela convivência com os luso-brasileiros. O processo de ocupação não ocorreu na velocidade pretendida pela Carta Régia de 13 de maio de 1808, apesar dos incentivos concedidos aos colonizadores e das sesmarias distribuídas às margens do rio Doce. Entretanto, a presença das DMRDs permitiu que o povoamento avançasse lentamente em direção ao litoral, com a população de agricultores pobres estabelecendo-se próximo aos quartéis e aldeamentos.

O principal fator de devassamento foi a extração da ipecacuanha (poaia[39]), que envolveu negociantes, intermediários, agenciadores, militares, coletores luso-brasileiros e índios. A proteção ao índio se fez necessária, na medida em que negociantes de poaia e fazendeiros que se estabeleceram no sertão agiram para se livrar da presença de índios arredios. Os extrativistas aproveitaram-se das estradas abertas pelas DMRDs para expandirem seus negócios e, ao avançarem sobre o sertão, entravam em choque com os índios pelo controle do território. Eles contratavam jagunços conhecidos como "matadores de aldeia" para chacinar tribos inteiras. Esse genocídio contava com ex-soldados índios das DMRDs, que eram, freqüentemente, chefes das operações.

A atividade econômica que sustentou a fixação da população foi a agricultura itinerante de subsistência, não se desenvolvendo atividade mercantil de importância. A extração de madeira de lei, apesar de esta ser abundante e variada, não se estabeleceu, antes do século XX, pela dificuldade de transporte e comercialização[40]. O projeto para exportar o algodão de Mi-

[39] Ipecacuanha (*Cephaelis Ipecacuanha Brot.)* é da família das Rubiaceae. Possui diversos nomes populares, tais como ipeca e poaia. Tem múltiplas aplicações terapêuticas: modificador das secreções, emética, expectorante, anti-disentérica, sedativa, diaforética, hemostática, anti-hemorrágica, anti-parasitári, além de ser usada no tratamento da difteria, envenenamento, cólica, inflamação da mucosas da via respiratória, infeção intestinal, disenteria amebiana, entre muitas outras. Cf. http:www.ciagri.usp.br/planmedi/pm0395.htm

[40] Apesar da abundância de madeira de lei no Brasil, era mais fácil o Rio de Janeiro importar madeira dos portos africanos, americanos e suecos (DEAN, 1996, p. 154).

nas Novas pelo rio Doce não passou da primeira experiência, da mesma forma que não se repetiu o transporte de gado para Vitória, pelo caminho terrestre aberto pela 3ª DMRD, na década de 1810, ligando Ouro Preto ao litoral, pois em nenhum dos dois casos se encontraram compradores para os produtos no ponto de destino.

Na Carta Régia de 13 de maio de 1808, sobressai o objetivo de transformar o rio Doce em canal fluvial capaz de ligar diretamente Minas Gerais ao mercado mundial e, ao mesmo tempo, de transformar o sertão intermédio numa zona de produção mercantil capaz de promover uma nova fase de prosperidade para a capitania/província. A ação estatal foi conduzida por meio das DMRDs, até 1939, sem solução de continuidade. Depois o governo mineiro assumiu diretamente a condução das ações, sem que houvesse mudança significativa na política seguida. O Estado concentrou sua atenção no processo de contato e atração dos povos indígenas, na liberação de áreas para o avanço do povoamento, no policiamento do curso dos rios e no controle dos locais onde esses eram interrompidos por cachoeiras ou corredeiras, na abertura de estradas e construção de pontes, na manutenção de guarnições nos lugares povoados, ao longo das estradas que ligavam Minas ao litoral e nos entroncamentos de caminhos, entre outras ações que viabilizaram a ocupação.

Os gastos governamentais referentes à promoção da navegação fluvial, na verdade, concentraram-se nos campos assinalados acima, sendo que o maior montante foi despendido com a manutenção das DMRDs (depois de 1839, com as guarnições de soldados pedestres) e com o trabalho de catequese e civilização dos índios (depois de 1854, conduzida por frades capuchinhos italianos). De um modo geral, pode-se afirmar que o governo mineiro se limitou a incorporar o sertão como território e abrir caminho para os particulares, sempre na esperança de que uma companhia viabilizasse o projeto de navegação fluvial que ligasse Minas diretamente ao mar. Em 1819, com a formação, no Rio de Janeiro, da Sociedade de Agricultura, Comércio e Navegação do Rio Doce, parecia que a expectativa do governo mineiro se realizaria.

Entretanto, em 1825, com a transferência do controle acionário dessa sociedade para capitalistas ingleses, a elite política de Minas Gerais se opôs à medida e conseguiu que o governo imperial cancelasse os estatutos aprovados para a nova companhia anglo-brasileira. Os mineiros passaram a sustentar um discurso e uma política nitidamente contrária ao capital estrangeiro, com o governo local assumindo diretamente a tarefa de viabilizar a navegação, por meio das DMRDs. O ano de 1827 marca o ápice dessa

iniciativa, com a mobilização das DMRDs para transportar os equipamentos para a fábrica de ferro do francês Monlevade, da foz do rio Doce até São Miguel de Rio Piracicaba (atual cidade de João Monlevade), a mais de três centenas de quilômetros de distância[41]. O serviço envolveu cinco divisões militares e o apoio de dezenas de índios botocudos. Nessa fase, o governo também envolveu as DMRDs na abertura de estradas para o litoral, em direção a Vitória e Itapemirim, no Espírito Santo, e para Campos dos Goitacazes, no norte fluminense.

Em 1829, a elite de Minas Gerais, sob a liderança de Bernardo Pereira de Vasconcelos, Antônio Paulino Limpo de Abreu e Honório Hermeto Carneiro Leão, adotou nova posição e apoiou a presença do capital estrangeiro como solução para a colonização e navegação do rio Doce. Em 1830, reiniciou a articulação para se recriar a companhia anglo-brasileira, com os mesmos empreendedores de 1824. No mês de agosto de 1833, em Londres, foi formada a Companhia do Rio Doce, com capital de sócios brasileiros e ingleses. A finalidade da sociedade era a navegação regular entre o Rio de Janeiro e a foz do rio Doce e a navegação fluvial desse rio, utilizando barcaças, sumacas ou embarcações maiores. Aproveitando-se do apoio do governo mineiro, a companhia conseguiu da Coroa crescentes privilégios[42]. Para as elites não era território que faltava ao rio Doce:

> Seu território é propício para a cultura da cana de açúcar, do café, do algodão e mesmo do índico, que muito se ocupou antigamente; suas vastas florestas virgens que fornecem boas madeiras de carpintaria e marcenaria, tudo lhe deve pressagiar uma prosperidade que ele ainda ignora e que, provavelmente, terá de manifestar-se logo que a companhia anglo-brasileira, que se tem formado para a exploração das margens do Rio Doce em seu limite setentrional, tenha ampliado os seus trabalhos. Por longo espaço de tempo o que suspendeu o

[41] Cf. Ofício de Marlière, 3 de setembro de 1827, *RAPM,* Belo Horizonte, v. 12, 1907, p. 466. O jovem francês de origem nobre, Jean Antoine Felix Dissandes de Monlevade, que casara com uma sobrinha do barão de Catas Altas, fixou-se a meio caminho para São José da Lagoa (Nova Era), onde ergueu um imponente solar (Fazenda Monlevade), nas proximidades de ricas jazidas de minério de ferro. Ali decidiu construir um fábrica de ferro, que utilizasse o método catalão, empreendimento que exigiu a importação de pesadas máquinas da Inglaterra. A fundição de ferro fundada por Monlevade foi comprada, em 1891, pela Companhia Nacional de Forjas e Estaleiros, empresa criada (1845) por Irineu Evangelista de Souza, o *Barão de Mauá.* Em 1935, deu lugar à Usina Barbasnon, construída pela Companhia Belgo-Mineira.

[42] Acreditamos que os privilégios solicitados estavam ligados ao objetivo de fortalecer os papéis na Bolsa de Londres. Essa era uma época de fortes especulações, com lançamento de papéis de novas companhias formadas para atuarem em Minas Gerais, especialmente da área de mineração do ouro (LIBBY, 1988).

> progresso da agricultura sobre diferentes pontos foi o terror que causavam os Botocudos este motivo de receio, como se verá mais abaixo diminui todos os dias e deve em pouco tempo cessar completamente.[43]

Os mineiros se frustraram com a Companhia do Rio Doce, apesar dos esforços governamentais e dos diversos privilégios concedidos, durante a Regência de Diogo Feijó, quando António Paulino Limpo de Abreu, além do Ministro e Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros, também estava interinamente à frente dos Negócios do Império[44]. Quarenta anos depois de Silva Pontes, as razões alegadas para o fracasso permaneciam semelhantes – pobreza do Espírito Santo, ausência de porto e comércio significativo e inexistência de demanda de importância –, mas não se podia mais culpar os índios. A navegação dos rios permaneceu no estágio rudimentar, como atividade essencialmente militar, com os canoeiros restringindo-se a um pobre comércio de sal, em pequena quantidade e com grande risco, aproveitando-se dos preços especulativos gerados pela escassez[45]. As estradas não surtiram melhor efeito e, depois de muito esforço da Segunda e Terceira DMRDs, no começo da década de 1840 estavam cobertas de matos. Os praças das DMRDs, encarregados das guarnições ao longo das estradas e caminhos, passavam privações, fome e muitos morriam, sem que pudessem ser socorridos, devido ao isolamento em que se encontravam. Em 1843, o governo declarou o fracasso da Companhia do Rio Doce e abandonou o projeto de navegação:

> Uma Companhia Estrangeira está senhora deste Rio (Doce), e não sei que tenha tratado de efetuar a navegação das cachoeiras por meios diretos, nem mesmo que se tenham tentado outros meios que substituam a navegação seguida, evitando as cachoeiras, com planos inclinados ou canais laterais. Creio que a Companhia se importará mais com as ricas madeiras, que irá tirando das matas em proveito próprio, do que com os interesses vitais do País, e aquele Rio, por este motivo, e porque estão concedidas às suas margens por meio de

[43] Cf. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.* Rio de Janeiro, Tomo XIX, 1856, p. 258.

[44] Decreto sobre a navegação do Rio-Doce. Palácio do Rio de Janeiro, 9 de agosto de 1836, por Diogo António Feijó e António Paulino Limpo de Abreu. Cf. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.* Rio de Janeiro, Tomo XIX, 1856, p. 279-289.

[45] Para Wilhelm Ludwig von Eschwege, conhecido por barão de Eschwege, somente o comércio de sal justificava a subida de embarcações particulares do Espírito Santo para Minas Gerais, com extrema dificuldade, "sendo as canoas e a carga postas em terra vinte e três vezes a fim de contornar as cachoeiras, e sofrendo a gente da expedição os ferozes ataques dos botocudos". No início, as canoas desciam com algum algodão, mas os perigos e custos não compensaram. Cf. Oliveira Lima. *D. João VI no Brasil*. 2ª ed. Rio de Janeiro, José Olímpio, 1945, v. II, p. 786 (*Apud* OLIVEIRA, 1975: 263-264).

> sesmarias de muitas léguas a pessoas que não cuidam de as povoar, ou que talvez não possam nem cultivar meia légua quadrada de terreno, será vítima do privilégio dessa Companhia, que obstará, em quanto existir, a sua navegação, e será vitima do privilégio dos sesmeiros, a quem se deu o direito de conservar incultos esses grandes espaços, evitando que outros os possam povoar e neste estado **é melhor cobrirmos essa parte da Carta da Província co tintas negras, e não falarmos mais de Rio Doce**."[46] (Grifo nosso.)

Se tomarmos a premissa de que são a oferta, num extremo, e a demanda, no outro, que criam o movimento de mercadorias e passageiros e, conseqüentemente, exigem meios de comunicação e transporte, conclui-se que havia uma falha insolúvel no projeto. A premissa estava invertida, ao se pretender que a navegação criasse a oferta e a demanda. Para Minas, a província do Espírito Santo não oferecia mercado nem se credenciava como entreposto de importação e exportação. O desejo de ter um canal que propiciasse navegação regular e franca não era compatível com a realidade do curso do rio, exceto a custo de altos investimentos[47].

Entretanto, o fracasso econômico não levou o governo de Minas Gerais a abandonar a região, na medida em que permaneceu o interesse geopolítico, isto é, garantir o controle sobre o território. A ação estatal concentrou-se na mediação dos conflitos de interesse que emergiram do processo de avanço das frentes de ocupação. O hiato deixado pelo governo central, em função da dissolução das DMRDs, em 1839, foi preenchido novamente, em 1854, com a chegada dos frades capuchinhos italianos, encarregados da catequese e civilização dos índios[48]. A ocupação da zona de floresta deu a Minas Gerais o controle sobre a porção leste e, nesse sentido, foi um processo de ocupação territorial.

As divisões militares cumpriram o papel de dar apoio aos posseiros, fazendeiros, garimpeiros, coletores de drogas do sertão e, ao mesmo tempo, de mediar os conflitos com os índios, além de exercer o papel de proteção, especialmente contra os matadores de aldeia. Em 1825, o comandante-geral das divisões militares informava que na parte meridional, desde os rios Pomba e Muriaé (afluentes do Paraíba do Sul) até o rio Doce,

---

[46] Cf. BN, Relatório Minas Gerais – 1835/1847 / PRSPR – 111 / Microfilmes – Relatório de 1843, p. 37. Disponível em: http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/446/000039.html. Acesso em: 3 abr. 2008.

[47] Cf. ESPINDOLA, Haruf Salmen. A navegação do rio Doce: 1800-1850. Rio de Janeiro, *Navigador*.

[48] Cf. MISSAGIA DE MATTOS, Izabel. *Civilização e Revolta*: os Botocudos e a catequese na Província de Minas. 1. ed. Bauru-SP: Edusc/Anpocs, 2004.

os índios estavam pacificados e o território encontrava-se liberado para os luso-brasileiros, que a cada ano entravam em maior quantidade. Na parte setentrional, entre Peçanha, no rio Doce, e Salto Grande, no Jequitinhonha, a ocupação avançava mais lentamente em uma extensa linha na forma de um crescente, tendo Minas Novas no centro[49].

As frentes de ocupação eram na maioria formadas por mestiços e negros pobres, posseiros que abriram clareiras e viveram das culturas de subsistência e da caça, pesca e coleta. Em menor número, gente ambiciosa e de poder também devassou as matas e se enriqueceu com o comércio da poaia, constituiu fazendas e erigiu povoados. O avanço do povoamento atraiu os especuladores de terras, que conseguiram sesmarias ou abriram posse com o único objetivo de vendê-las por preço especulativo. Essas frentes de ocupação encontraram aqueles que foram obrigados a residir nos sertões, por medidas governamentais: recrutados à força para as DMRDs e vadios, criminosos e desafetos políticos forçados por degredo social, judicial ou político, respectivamente. Outro grupo escolheu o sertão para fugir das autoridades judiciais: ladrões, salteadores, assassinos e contrabandistas, aos quais se juntaram negros que fugiam da escravidão e homens que preferiram as matas ao recrutamento forçado para as Forças Armadas (ESPINDOLA, 2005).

Numa terra de estruturas sociais frágeis, submetidas à violência de matadores de aldeia, jagunços, capitães do mato e fazendeiros, as DMRDs foram, nos primeiros tempos, a única presença estatal (poderes militar, civil, policial e judicial). Elas controlaram os acessos e o tráfego de canoas e tropas, realizaram os serviços de correio, garantiram o abastecimento de suprimentos (principalmente de ferramentas e mantimentos), asseguraram a interligação entre os povoados, abriram caminhos e estradas e construíram pontes. Além das tarefas anteriores, exerceram as funções de mediação, coerção e manutenção da ordem pública, edificaram capelas e cemitérios, arruaram povoações, concederam sesmarias e exerceram a tutela dos índios. Cada guarnição estava obrigada a abrir clareiras e fazer grandes plantações em pontos estratégicos, criando, assim, rotas de circulação e pontos estratégicos para o controle do território. Entre esses pontos controlados, ficava o vazio dominado pela floresta tropical, porém no conjunto foi garantido o domínio territorial.

Depois da curta fase de "guerra ofensiva", a política indígena centrou-se no processo de atração e aldeamentos, com objetivo de fazer do índio

[49] Cf. *RAPM,* Belo Horizonte, v. 10, 1905, p. 565; *Id.*, v. 11, 1906, p. 81.

brasileiro agricultor, obediente, cumpridor dos ritos religiosos e respeitador da lei. Na medida em que aumentou o controle sobre o território e se conheceram os grupos indígenas, o temor ao botocudo deu lugar ao desdém, e o invasor sentiu-se com direito ilimitado sobre o sertão. A acusação de antropofagia contida na documentação da segunda metade do século XVIII e nas primeiras décadas do século seguinte (atos governamentais, cartas-régias, memórias etc.) não se sustenta quando confrontada com a documentação proveniente dos militares que entraram em contato direto com os índios. A antropofagia não passou de uma justificativa para a guerra ofensiva, dentro da tradição portuguesa do conceito de guerra justa. Também não encontra fundamento na documentação militar a alegação de que os botocudos eram obstáculos para o projeto de colonização e navegação do rio Doce. Muitos foram alistados nas divisões militares e/ou serviram como canoeiros, apesar de antes do contato não conhecerem a arte de navegar. No episódio do transporte das máquinas para a fábrica de ferro de João Monlevade, em 1827, o auxílio indígena foi decisivo para o sucesso da empreitada. Desde os primeiros contatos, ainda no século XVIII, até o último, em 1909[50], a reação dos botocudos não seguiu padrão, indo da resistência inicial à submissão[51].

Frente às diferentes motivações dos atores sociais, caberia ao Estado integrar a região à civilização, o que pode ser traduzido por vias de comunicação, agricultura e comércio. O processo de construção da territorialidade fundamentou-se na catequese e civilização dos índios e na agricultura e ainda na fixação da população ao território. O processo negou o sertão como espaço vital dos grupos indígenas e buscou integrá-lo como territó-

[50] Em 1909/1910 se deu a atração dos Krenak, último grupo remanescente dos botocudos, na região do atual município de Resplendor, no médio rio Doce. Este foi um dos primeiros trabalhos do recém-criado Serviço de Proteção ao Índio – SPI.

[51] Dois exemplos são significativos: o primeiro é do "capitão" Pocrane, que em 1824 aderiu prontamente às divisões militares e conduziu seu grupo a aceitar a política para os índios, com o abandono do imató (botoque usado no lábio inferior e nos lóbulos da orelha) e de seus costumes. Cf. *RAPM,* Belo Horizonte*,* v. 10*,* 1905, p. 557-558; p. 566 e p. 595; veja também Carta do Diretor dos aldeamentos do Rio Doce, João Malaquias dos Santos e Azevedo, ao presidente da Província do Espírito Santo, Sr. José Manoel da Silva, sobre os presentes enviados aos índios botocudos e pokranes por S.M. o Imperador, pela pacificação dos mesmos, 1841 (3 documentos do acervo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro). O exemplo oposto foi do líder Krenak, que, no início do século XX, comandou a cisão dos gutkrák do rio Pancas, no Espírito Santo. Por não aceitar o contato, transferiu-se para as margens do rio Doce, em Minas Gerais, porém, em 1918, seu filho, "capitão" Muim, percebe a falta de alternativa e lidera o processo de contato dos últimos botocudos livre. O velho Krenak, sem alternativas, decidiu se isolar com os poucos seguidores fiéis, morrendo em seguida, sem nunca ter abandonado o imató (botoque) e aceito o contato (ESPINDOLA, 2006, p. 165).

rio à província de Minas Gerais. Os valores cristãos e o culto ao Rei/Imperador foram meios importantes para garantir os vínculos sociais com a sociedade envolvente. Para os índios isso significa sujeitar-se ao batizado, casamento monogâmico, freqüência à missa, vida sedentária, aprendizado do português e o abandono da língua nativa e do botoque labial e auricular. Em última instância, buscava-se constituir um "povo" formado por agricultores pacíficos e tementes a Deus, base do poder da monarquia e do direito territorial sobre o espaço.

A construção da territorialidade fundamentou-se numa abordagem flexível dos preceitos morais da religião católica e da ordem social vigente, na difusão de costumes e hábitos, na valorização do dinheiro e da propriedade privada, na difusão das trocas mercantis e na exigência de obediência à autoridade estatal. A flexibilidade era necessária, porque não era fácil impedir a tendência de descolamento social, pela própria constituição da população, formada em sua maioria de pardos, negros e índios acostumados à vida sertaneja e regidos por estatutos éticos próprios. Não foram raros os casos de praças das DMRDs, negros fugidos da escravidão e sertanejos em geral que foram viver entre os índios e, mais do que isso, viver como eles. As celebrações de datas importantes para a família real (casamento, batismo, nascimento, aniversário etc.) constituíam-se instrumentos preferenciais para se enfrentar a tendência ao descolamento territorial (não se sentir parte do todo). As cerimônias religiosas eram valorizadas para evitar a dissolução dos padrões morais e sociais considerados aceitáveis. Grande esforço foi feito para garantir as cerimônias fundamentais: batismo, casamento e sepultamento em cemitérios benzidos. Na medida do possível, era realizada a celebração das missas por meio da visitação dos sacerdotes lotados nas poucas paróquias existentes no sertão[52]. Na segunda metade do século XIX, as tarefas de catequese e civilização couberam aos frades capuchinhos italianos. A partir dos seus conventos, eles faziam as visitações para realizar as celebrações religiosas e organizar a vida social nas vilas e patrimônios (povoados) que haviam se formado durante a primeira metade do século XIX.

Os laços familiares foram considerados meios privilegiados para disciplinar e domesticar socialmente o sertanejo. Nesse aspecto, como na maioria dos outros, não houve solução de continuidade entre as DMRDs e os frades capuchinhos italianos. Para favorecer a constituição de famílias, fo-

[52] Os alferes comandantes das DMRDs deveriam providenciar celebrações cívicas e religiosas, abertura de cemitério devidamente benzido por sacerdote. Cf. *Documentos diversos*, *Id.*, v. 10, 1905, p. 483, 586; 644; *Id.*, v. 11, 1906, p. 41-42; *Id.*, v. 12, 1907, p. 548; 581; 476.

ram dadas regalias aos praças que vivessem com suas famílias ou as constituíssem, concedendo-lhes posse junto ao destacamento a que serviam. Para estimular o matrimônio, foi proibida a mancebia, combatida a prostituição e estimulado, com premiação e privilégios, o casamento com índias ou com prostitutas, freqüentadoras dos quartéis e moradoras dos povoados próximos[53]. A prática comum dos praças das DMRDs e de famílias luso-brasileiras criarem crianças índias foi estimulada, exceto quando era motivo de acirramento dos conflitos ou provocava agressões dos índios, que buscavam resgatá-las. As crianças eram conseguidas por meio de presente, troca, espólio de guerra e compra de traficantes ou eram roubadas de seus familiares. O tráfico de crianças índias foi duramente denunciado por Teófilo Ottoni, quando este chegou ao vale do rio Muruci para iniciar seus empreendimentos (CHAGAS, 1978: 160-171 e 185). Na segunda metade do século XIX, com a chegada dos frades capuchinhos, a prática de adotar crianças índias passou a ser condenada em prol do direito exclusivo dos frades sobre os destinos das crianças.

As familiares dos praças das DMRDs contavam com serviço de militares cirurgiões ou assistentes de cirurgião, bem como recebiam medicamentos. Essa era das poucas despesas cobertas integralmente pelo orçamento das divisões militares. Com o fim das DMRDs, desapareceu a pouca assistência "médica" à saúde, restando as raízes, "garrafadas" e benzeções da medicina rústica, originadas das tradições indígenas, africanas e portuguesas. Os próprios praças tinham que garantir sua subsistência, da mesma forma que os demais povoadores. Para a subsistência dependiam de plantações, da criação de pequenos animais, da caça e coleta. Além da alimentação, os praças deveriam contribuir para as despesas com sepultamento, fardamento e armamento. As heranças somente recebiam destino depois de terem servido para saldar todas as dívidas, deixando claro que primeiro se cumprem os contratos[54].

[53] Era vedado aos soldados contrair matrimônio sem licença das autoridades militares competentes. A permissão dependia de uma tramitação burocrática demorada. Marlière passou por cima das normas alegando necessidade de facilitar ao soldado largar o vício, porém observando que a decisão de poderem casar-se legitimamente valia até segunda ordem. Cf. Olilian José. Marlière, o civilizador. Esboço biográfico. Belo Horizonte, Itatiaia, 1958, p. 122.

[54] Documentos diversos assinalam a existência de uma vida familiar entre os praças das divisões, Cf. *Id.*, v. 10, 1905, p. 455-456; 470; 483; 561; 577; *Id.*, v. 11, 1906, p. 57; 78-79; 89; 230; *Id.*, v. 12, 1907, p. 467; 473-474; 476. Sobre direito dos soldados a sesmaria e a cuidar de suas propriedades próximas aos quartéis, Cf. *Id.*, v. 11, 1906, p. 102; *Id.*, v. 12, 1907, p. 570.

Foram usados diversos mecanismos para criar vínculos estreitos entre praças, colonos e o local onde esses viviam. A licença era facilitada para o praça casado, para que pudesse cuidar de sua propriedade. O objetivo era fazer dos quartéis e aldeamentos arraiais e futuras vilas de Minas Gerais, o que de fato se concretizou para os quartéis das divisões militares e para os aldeamentos fundados pelos frades capuchinhos.

A atividade agrícola que serviu de base para a ocupação não foi aquela desejada pelas elites mineiras. No lugar de culturas de exportação, formaram-se as roças de pobre, avançando lentamente para o leste, a partir das frentes de ocupação ou se instalando junto aos quartéis e aldeamentos, no interior da floresta. Núcleos de povoadores se formaram nas margens dos rios (portos de canoas), caminhos e estradas (vendas e ranchos). Também seguiram os negociantes de poaia, os quilombos e os locais de pouso de grupos de índios; fixaram-se nos patrimônios formados por terras demarcadas e arruadas por fazendeiros, no entorno das capelas por esses erigidas. A fertilidade dos solos, depois da derrubada e queimada, era o fator principal que impulsionava a ocupação por parte de posseiros[55].

O meio ambiente colocava dificuldades que faziam de poucos quilômetros jornada de semanas. Morria-se facilmente de malária, febre amarela, varíola, tuberculose, sífilis, gonorréia, ferimentos, naufrágios, fome, assassinatos, entre outras causas. A natureza circundante era vista como paisagem terrivelmente opressora e portadora de males terríveis. Para a opinião geral, o desflorestamento era o meio de se eliminar o obstáculo ao povoamento, facilitar a navegação, remover a ameaça dos índios, eliminar as doenças, acabar com as pragas, promover a agricultura e, ao mesmo tempo, revelar as riquezas em ouro e pedras preciosas. A mata ciliar foi considerada a mais doentia e a que colocava mais obstáculos, portanto foi o primeiro alvo de destruição. A derrubada dessas matas forçaria os índios a deixarem as margens dos rios e se encurralarem nas matas interiores, mas em seguida estas também deveriam ser derrubadas[56]. Entretanto, até o final do século XIX, o número de luso-brasileiros foi pequeno para alterar significa-

[55] Saint-Hilaire criticou essa prática com veemência: "o terreno que se acaba de semear só apresenta a imagem da destruição e do caos". Para o viajante, "toda a sabedoria do lavrador consiste em queimar as matas e semear na época favorável" (SAINT-HILAIRE, 1975, p. 90 e 106).

[56] Isso é dito explicitamente pelo governador de Minas Gerais, Pedro Maria Xavier de Ataíde e Mello, em 14 de setembro de 1807. In: *Correspondência da Província de Minas Gerais: 1768-1807*; Códice 97, v. 1, p. 173, Arquivo Nacional; e Pedro Maria Xavier de Ataíde e Mello, de 11 de abril de 1808. In: *Revista do Arquivo Público Mineiro*, v. 11, 1907, p. 312-6.

tivamente a paisagem e, conseqüentemente, a floresta se conservou, na sua maior parte, principalmente nas terras baixas do vale do rio Doce e na porção setentrional, onde a incidência da malária era maior.

A insalubridade foi negligenciada pelos contemporâneos como fator impeditivo, com poucas exceções. Em 1818, Saint-Hilaire via as febres intermitentes como elemento proibitivo central para o sucesso do esforço oficial de ocupação – afinal toda a sua comitiva foi atingida pela malária, na viagem ao rio Doce: "É incontestável que as terras da Província de Minas banhadas pelo rio Doce são insalubres, como já disse; é incontestável, também, que chegando à embocadura do rio, os estrangeiros são quase sempre atacados pelas febres..." (SAINT-HILAIRE, 1974: 86). Segundo o governador do Espírito Santo, em palavras ditas a Saint-Hilaire: "o rio Doce é um inferno" (SAINT-HILAIRE, 1974, p. 41 e 78). Em 1828, Marlière afirma que o sertão era formado de "terras doentias e esse era o principal motivo para o fracasso dos esforços oficiais"[57]. Essas foram opiniões isoladas que não refletiam o ponto de vista dominante da documentação produzida no período. Na verdade, a malária foi o grande obstáculo à efetiva ocupação das margens do rio Doce e de muito de seus afluentes, até meados do século XX (ESPINDOLA, 1998, p. 155).

Cem anos depois de Silva Pontes ter aberto a navegação do rio Doce e assinado o Auto de Demarcação dos limites entre Minas Gerias e Espírito Santo, a questão que motivara suas reflexões continuava exatamente igual: por que a navegação e o povoamento continuavam inexpressivos nas margens do rio Doce depois de todo o esforço oficial? As frentes de ocupação avançaram sobre as terras altas e só tardiamente sobre as terras baixas. O sonho de que o sertão do rio Doce pudesse proporcionar para Minas Gerais uma nova fase de prosperidade em parte não deixou de ser real, quando se considera a Zona da Mata com suas lavouras de café, na segunda metade do século XIX. Nesse período, também ocorreu uma ocupação mais intensa do Jequitinhonha e a colonização do vale do rio Mucuri. Entretanto, a zona do rio Doce, para onde se voltavam todas as esperanças em 1800, tornou-se secundária. A região permaneceu uma fronteira agrícola para agricultores pobres (gente negra e mestiça), fazendeiros, extrativistas, garimpeiros, aventureiros e oportunistas de todo tipo, jagunços, prostitutas, fabricantes de aguardente, taberneiros, canoeiros, tropeiros, entre outros, que se estabeleciam tendo como referência as guarnições de

[57] Cf. Relatório de Marlière ao governo provincial, de 28 de março de 1828, *RAPM,* Belo Horizonte, v. 12*,* 1907, p. 529.

soldados pedestres e os aldeamentos mantidos pelo governo provincial, misturando-se às populações indígenas, cada vez mais aculturadas[58].

A crença no eldorado do rio Doce, no entanto, permaneceu viva. No início do século XX, encontramos a mesma crença ainda nos termos colocados por D. Rodrigo de Menezes em 1785. Em 1906, Nélson de Senna escreveu com o mesmo otimismo sobre as "extraordinárias riquezas" que esperavam a energia e os capitais da indústria extrativa (SENNA, 1906). Essa imagem persistente e recorrente foi acompanhada por outra idéia que pode ser assim expressa: para a potencialidade se efetivar, o governo deveria tomar as providências necessárias. As medidas requeridas pelo século XIX foram a navegação do rio Doce e a eliminação do obstáculo indígena; no século XX, seria necessária a erradicação da malária, a abertura de rodovias e a instalação de indústrias (ESPINDOLA, 1999).

Finalmente, se no século XIX não se concretizaram os objetivos econômicos, por outro lado se realizaram os fins geopolíticos de incorporação dos sertões intermédios como território de Minas Gerais. Na década de 1940, pareceu aos contemporâneos que os sonhos das riquezas do rio Doce se concretizariam. A região se tornou importante fronteira agrícola, produzindo alimentos para as cidades industriais em expansão e, ao mesmo tempo, recebeu grandes investimentos de capital (siderurgia, mineração e indústria madeireira). A fase de prosperidade durou 20 anos, de 1940 a 1960. Entretanto, os recursos naturais esgotaram-se rapidamente e, na década de 1960, os indicadores econômicos e demográficos inverteram a curva de crescimento. Ocorreu o fim de atividades econômicas, tais como beneficiamento da mica, indústria madeireira, agricultura, agroindústria, entre outros (ESPINDOLA, 2000). A região, que se tornara, em 20 anos, uma das mais populosas de Minas Gerais, viu decrescer sua economia e, ao mesmo tempo, crescer a emigração, apresentando o maior saldo líquido migratório regional (MINAS GERAIS, 1989, p. 92).

REFERÊNCIAS

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. *Autoridade e conflito no Brasil colonial*: o governo do Morgado de Mateus em São Paulo (1765-1775). São Paulo: Conselho Estadual de Arte e Ciências Humanas, 1879.

CAMBRAIA, Ricardo de Bastos. A colonização dos sertões do leste mineiro: políticas de ocupação territorial num regime escravista (1780-1836). *Revista do Departamento*

[58] Em 1839, as divisões militares deram lugar a destacamentos de soldados pedestres mantidos pelo governo provincial.

de História, Belo Horizonte, v. 6, p. 137-150, jul. 1988.

CHAGAS, Paulo Pinheiro. *Teófilo Ottoni*. Belo Horizonte: Itatiaia; Brasília: INL, 1978.

CORRÊA, Dora Shellard. *Paisagens sobrepostas*. Índios, posseiros e fazendeiros nas matas de Itapeva (1723-1930). 1997. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo.

CUNHA, Manuela C. da. (Org.). *Legislação indigenista no século XIX*. São Paulo: Edusp; Comissão Pró-Índio de São Paulo, 1992.

DAEMON, Basílio C. *Província do Espírito Santo*: sua descoberta, história chronológica, synopsis e estatística. Vitória: Typ. do Espírito Santo, 1879.

DEAN, W. *A ferro e fogo*. História e a devastação da Mata Atlântica brasileira. São Paulo: Cia. das Letras, 1996.

DEMONER, Sonia Maria. *Presença de missionários capuchinhos no Espírito Santo*: século XIX. 1981. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, São Paulo.

ESPINDOLA, Haruf Salmen. *Sertão do rio Doce*. Bauru: Edusc, 2005.

_____. Populações nativas do rio Doce. *Arkeos: Perspectivas em Diálogo*, Tomar (Portugal), n. 16, p. 153-170, 2006.

_____. A história de uma formação sócio-econômica urbana: Governador Valadares. *Varia História*. Belo Horizonte, v. 19, p. 148-63, nov. 1998.

_____. *Associação Comercial*: sessenta anos de história. Governador Valadares: ACGV, 1999.

_____. Práticas econômicas e meio ambiente na ocupação do sertão do rio Doce. *Caderno de Filosofia e Ciências Humanas*, Belo Horizonte, ano VIII, n. 14, abr. 2000.

FRAGOSO, João Luis R. *Homens de grossa aventura*: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro *(1790-1830)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1992.

HAESBAERT, R. *Territórios alternativos*. Niterói: Eduff; São Paulo: Contexto, 2002.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Caminhos e fronteiras*. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

_____. *Monções*. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1990.

JOSÉ, Oilian. *Marlière, o civilizador*. Esboço biográfico. Belo Horizonte: Itatiaia, 1958.

LIBBY, Douglas Cole. *Transformação e trabalho em uma economia escravista*: Minas Gerais no século XIX. São Paulo: Brasiliense, 1988.

MERCADANTE, Paulo. *Os sertões do leste* – estudo de uma região: a mata mineira. Rio de. Janeiro: Zahar, 1973.

MINAS GERAIS. *Economia Mineira – 1989;* diagnóstico e perspectiva. Belo Horizonte, BDMG – Banco de Desenvolvimento Econômico, 1989.

OLIVEIRA, José T. de. *História do Estado do Espírito Santo*. 2. ed. Vitória: IBGE, 1975. (1. ed. 1951).

PALLAZOLA, Jacinto de. *Nas selvas do Vale do Mucuri e do Rio Doce*. Como surgiu a cidade de Itambacury. 3. ed. São Paulo: Rev. Nacional, 1973.

PARAÍSO, Maria Hilda B. Os botocudos e sua trajetória histórica. In: CUNHA, Manuela Carneiro da. *História dos índios do Brasil*. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. p. 413-430.

PIMENTA, Demerval José. *Caminhos de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1971.

PINTO, Bernardo Xavier. Memória histórica da província de Minas Gerais (Publicado entre 1849 e 1851). *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, v. 13, p. 523-639, 1908.

PINHEIRO, P. *Teófilo Ottoni*. Ministro do povo. 3. ed. Belo Horizonte: Itatiaia; Brasília: INL, 1978. p. 160-171.

PRADO JR., Caio. *Formação do Brasil contemporâneo*. 23. ed. São Paulo: Brasiliense, 1995.

RAFFESTIN, Claude. *Por uma geografia do poder*. São Paulo: Ática, 1993.

ROSA, Léa Brígida R. de A. *Companhia Estrada de Ferro de Vitória a Minas:*1890-1940. 1976. Dissertação (Mestrado) – USP, São Paulo.

SACK, R. D. *Human territoriality*: Its theory and history. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem ao Espírito Santo e rio Doce*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1974.

_____. *Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1975.

SENNA, Nélson. *Bacia do rio Doce* – terceiros dos relatórios apresentado ao governo do Estado de MG. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1906.

SILVA, Fábio Carlos da. *Barões do ouro e aventureiros britânicos no Brasil*. A companhia inglesa de Macaúbas e Cocais. 1828-1912. 1997. 150 p. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo.

SILVA, Tarcício Glauco da. De área proibida à fronteira em expansão. Disponível em: http://www.cchn.ufes.br/anpuhes/anais5/Documentos/Mesas%20Redondas/PDF/Tarc%EDsio%20Glauco%20da%20Silv.pdf. Acesso em: 10 abr. 2008.

STRAUCH, Ney (org.). *A bacia do rio Doce*.Estudo Geográfico. Rio de Janeiro: IBGE, 1955.

SOUZA, Laura de Mello e. *Desclassificados do ouro*. A pobreza mineira no século XVIII. 3. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1990.

VASCONCELOS, Diogo de. *História média de Minas Gerais*. 3. ed. Belo Horizonte: Itatiaia; Brasília: INL, 1974.